



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO,
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS e
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE
2024

MGE TRANSMISSÃO S. A.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

CARTA DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação da Assembleia de Acionistas o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis da Companhia, com Parecer dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024.

A **MGE Transmissão S.A.** reafirma seu compromisso com a excelência na implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão sob sua responsabilidade, bem como agradece a colaboração dos seus Acionistas, Membros do Conselho de Administração, Colaboradores, Fornecedores, Financiadores e Órgãos Reguladores e Governamentais.

Conselho de Administração

1. HISTÓRICO

A **MGE Transmissão S.A.** (“Companhia”), constituída em 3 de fevereiro de 2010 é uma sociedade por ações de capital fechado, seus propósitos são específicos (SPE), atuando no setor de transmissão de energia elétrica é responsável pela construção, operação e manutenção das instalações sob sua concessão na Região Sudeste do Brasil, nos Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo. Suas atividades são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia – MME.

O controle acionário da Companhia é exercido pela Gebbras Participações Ltda., controlada pelo Grupo Energia Bogotá, com 51% de participação, e pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras, com 49%. A Eletrobras passou a deter essa participação após a incorporação de Furnas Centrais Elétricas S.A., antiga acionista da Companhia, que detinha 49% das ações. A operação de incorporação foi previamente aprovada pela ANEEL por meio da Resolução Autorizativa nº 15.389, de 18 de junho de 2024.

Em 12 de julho de 2010, a Companhia assinou com a União Federal, por meio da ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica, o Contrato de Concessão nº 008/2010 - ANEEL - Instalação de Transmissão de Rede Básica, com prazo de concessão de 30 anos. A conclusão da implantação e a operação comercial das instalações vinculadas ao seu contrato de concessão ocorreu em julho de 2014.

2. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Dados Econômico-financeiros	2024	2023
Receita Operacional Bruta (R\$ mil)	79.570	85.417
Receita Operacional Líquida (R\$ mil)	73.792	79.537
Resultado Financeiro (R\$ mil)	(4.071)	(4.630)
Lucro Líquido do Exercício (R\$ mil)	47.915	59.396
Ativo Total (R\$ mil)	556.405	547.279
Dívida Bruta (R\$ mil)	64.862	76.264
Dívida Líquida (R\$ mil) (*)	52.542	61.037
Patrimônio Líquido (R\$ mil)	432.269	415.747
(*) Dívida Líquida de Disponibilidades e Aplicações Financeiras		

3. ENDIVIDAMENTO

	Taxa anual de juros	31/12/2024	31/12/2023
BNDES Subcrédito A	TJLP + 2,03% a.a.	18.945	27.809
BNDES Subcrédito B	TJLP + 1,63% a.a.	3.348	4.915
BNDES Subcrédito C	TJLP	112	164
Capital de Giro – Banco Itaú	9,64% a.a.	-	-
BNDES Subcrédito A	IPCA + 3,67% a.a.	20.611	21.239
BNDES Subcrédito B	IPCA + 3,67% a.a.	21.846	22.137
Total		64.862	76.264
Circulante		14.147	13.877
Não circulante		50.715	62.387

4. CAPITAL SOCIAL

O capital social autorizado é de R\$ 280.000.000,00 (duzentos e oitenta milhões de reais). O capital subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 278.231.800,00 (duzentos e setenta e oito milhões duzentos e trinta e um mil e oitocentos reais), representado por 278.231.800 ações ordinárias, sem valor nominal.

5. AUDITORES INDEPENDENTES

Nos termos da Instrução CVM nº. 308/99, destacamos que a Companhia mantém contrato de auditoria externa com a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda. para a prestação de serviços de auditoria de suas demonstrações contábeis, bem como para a revisão de informativos contábeis para atendimento às exigências regulatórias da ANEEL.

A política de atuação da Companhia, quanto à contratação de serviços não relacionados à auditoria junto à empresa de auditoria, fundamenta-se nos princípios que preservam a independência do auditor independente.

COMPOSIÇÃO DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO		
Presidente	De	Até
Victor Hugo Góes Ricco	01/01/2024	09/06/2024
Rebecca Oliveira Xavier Santos	10/06/2024	31/12/2024
Vice-Presidente		
Fernando Augusto Rojas Pinto	01/01/2024	31/12/2024
Conselheiros Titulares		
Victor Hugo Góes Ricco	01/01/2024	09/06/2024
Flávio Cesar Guimarães Ávila	01/01/2024	09/06/2024
Rebecca Oliveira Xavier Santos	10/06/2024	31/12/2024
Alan da Rocha Mattos	10/06/2024	31/12/2024
Fernando Augusto Rojas Pinto	01/01/2024	31/12/2024
Diego Alejandro Forero Beltrán	01/01/2024	31/12/2024

Conselheiros Suplentes		
Miguel Angel Rojas Torres	01/01/2024	31/12/2024
Juan Jacobo Rodríguez Gaviria	26/04/2024	31/12/2024
Marcelo Rezende de Magalhães Gomes	10/06/2024	31/12/2024
Gustavo Loureiro Chagas	10/06/2024	31/12/2024

DIRETORIA		
Diretor Administrativo-Financeiro	De	Até
Gersino Saragosa Guerra	01/01/2024	31/12/2024
Diretor Técnico	De	Até
Antônio Costa e Costa	01/01/2024	31/12/2024

MGE Transmissão S.A.

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2024 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

MGE Transmissão S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota explicativa	31.12.2024	31.12.2023	Passivo	Nota explicativa	31.12.2024	31.12.2023
Ativo circulante				Passivo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	7.811	10.726	Fornecedores	9	437	744
Concessionárias e permissionárias	6	7.401	6.750	Empréstimos e financiamentos	10	14.147	13.877
Contas a receber (Ativo de contrato)	7	49.252	47.069	Impostos correntes a pagar		1.351	1.473
Outros créditos		<u>492</u>	<u>425</u>	Dividendos a pagar	8.b	11.380	14.107
Total do ativo circulante		<u>64.956</u>	<u>64.970</u>	Outras contas a pagar	11	<u>4.455</u>	<u>3.286</u>
				Total do passivo circulante		<u>31.770</u>	<u>33.487</u>
Ativo não circulante				Passivo não circulante			
Aplicações financeiras vinculadas	5	4.509	4.501	Empréstimos e financiamentos	10	50.715	62.387
Contas a receber (Ativo de contrato)	7	486.157	476.953	Provisão para riscos	12	5.618	391
Depósitos judiciais		576	612	Tributos diferidos	13	<u>36.033</u>	<u>35.267</u>
Imobilizado		<u>207</u>	<u>243</u>	Total do passivo não circulante		<u>92.366</u>	<u>98.045</u>
Total do ativo não circulante		<u>491.449</u>	<u>482.309</u>	Patrimônio líquido			
				Capital social	14.a	278.232	278.232
				Reserva de lucros	14.b	<u>154.037</u>	<u>137.515</u>
Total do ativo		<u>556.405</u>	<u>547.279</u>	Total do patrimônio líquido		<u>432.269</u>	<u>415.747</u>
				Total do passivo e do patrimônio líquido		<u>556.405</u>	<u>547.279</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

MGE Transmissão S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

(Em milhares de Reais, exceto resultado por ação)

	Nota explicativa	31.12.2024	31.12.2023
Receita líquida	15	73.792	79.537
Custo de operação e manutenção	16	(16.300)	(10.213)
Lucro bruto		57.492	69.324
Despesas gerais e administrativas			
Remuneração do pessoal		(378)	(447)
Remuneração dos administradores	8.a	(523)	(569)
Serviços de terceiros		(1.253)	(567)
Outras receitas e despesas operacionais		(215)	(231)
Total das despesas gerais e administrativas	17	(2.369)	(1.814)
Lucro antes do resultado financeiro e dos impostos		55.123	67.510
Receitas financeiras	18	2.093	2.533
Despesas financeiras	18	(6.164)	(7.163)
Resultado financeiro líquido		(4.071)	(4.630)
Lucro antes dos impostos		51.052	62.880
Imposto de renda e contribuição social	19.b	(3.137)	(3.484)
Lucro líquido do exercício		47.915	59.396
Resultado por ação - em reais	20	0,1722	0,2135

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

MGE Transmissão S.A.

Demonstrações do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 (Em milhares de Reais)

	<u>31.12.2024</u>	<u>31.12.2023</u>
Lucro líquido do exercício	47.915	59.396
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total do exercício	<u><u>47.915</u></u>	<u><u>59.396</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

MGE Transmissão S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

(Em milhares de Reais)

	Notas explicativas	Capital social	Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total
			Reserva legal	Reserva de retenção de lucros		
Saldo em 31 de dezembro de 2022		278.232	6.988	99.582	-	384.802
Lucro líquido do exercício		-	-	-	59.396	59.396
Destinação do resultado do exercício						
Constituição reserva legal		-	2.969	-	(2.969)	-
Dividendos mínimos obrigatórios por ação		-	-	-	(14.107)	(14.107)
Constituição reserva de retenção de lucros		-	-	42.320	(42.320)	-
Distribuição de dividendos adicionais		-	-	(14.344)	-	(14.344)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	14	278.232	9.957	127.558	-	415.747
Lucro líquido do exercício		-	-	-	47.915	47.915
Destinação do resultado do exercício						
Constituição reserva legal		-	2.395	-	(2.395)	-
Dividendos mínimos obrigatórios por ação		-	-	-	(11.380)	(11.380)
Constituição reserva de retenção de lucros		-	-	34.140	(34.140)	-
Distribuição de dividendos adicionais	14.b	-	-	(20.013)	-	(20.013)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	14	278.232	12.352	141.685	-	432.269

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

MGE Transmissão S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	31.12.2024	31.12.2023
Fluxo de caixa de atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		47.915	59.396
Ajustes lucro:			
PIS e COFINS diferidos	19.a	416	592
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19.b	351	499
Depreciação		51	50
Remuneração do ativo de contrato	7	(61.557)	(63.764)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	10.a	5.961	6.973
Provisão para riscos	12	5.428	-
(Aumento) redução nos ativos operacionais			
Contas a receber (Ativo de contrato)		50.170	47.555
Concessionárias e permissionárias		(651)	162
Outros créditos e outros ativos		(233)	1.478
Provisão para riscos		-	120
Aumento (redução) nos passivos operacionais			
Fornecedores		(307)	(929)
Impostos correntes a pagar		2.230	2.369
Outras contas a pagar		1.169	1.185
Caixa gerado pelas atividades operacionais			
Empréstimos e financiamentos - juros	10.a	(3.762)	(4.590)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(2.352)	(2.483)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais			
		44.829	48.613
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aplicações financeiras		(8)	433
Aquisição de imobilizado		(15)	(5)
Caixa líquido aplicado/gerado pelas atividades de investimento			
		(23)	428
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Pagamento de empréstimos e financiamentos - principal	10.a	(13.601)	(13.354)
Dividendos pagos	14.c	(34.120)	(34.000)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento			
		(47.721)	(47.354)
Aumento/(Redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa			
		(2.915)	1.687
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	4	10.726	9.039
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	4	7.811	10.726
Aumento/(Redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa			
		(2.915)	1.687

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

MGE Transmissão S.A.

Demonstrações do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
(Em milhares de Reais)

	<u>31.12.2024</u>	<u>31.12.2023</u>
Receitas		
Receitas relativas à operação e manutenção	18.013	21.653
Receitas relativas à remuneração do ativo de contrato	61.557	63.764
Insumos adquiridos de terceiros		
Materiais, serviços de terceiros e outros	(16.475)	(9.663)
Valor adicionado bruto	<u>63.095</u>	<u>75.754</u>
Depreciação e amortização	(51)	(50)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	<u>63.044</u>	<u>75.704</u>
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	2.093	2.533
Valor adicionado total a distribuir	<u>65.137</u>	<u>78.237</u>
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal	<u>1.778</u>	<u>1.854</u>
Remunerações	752	716
Férias e 13º Salário	152	152
Encargos sociais (Exceto INSS)	71	70
Benefícios	280	347
Administradores	523	569
Impostos, taxas e contribuições	<u>9.280</u>	<u>9.824</u>
INSS (Sobre folha de pagamento)	243	239
ICMS	27	88
PIS/COFINS s/faturamento	2.904	3.140
Tributos sobre o lucro	3.137	3.484
Obrigações intrassetoriais	2.874	2.740
Outros	95	133
Remuneração de capitais de terceiros	<u>6.164</u>	<u>7.163</u>
Encargos de dívida e variação monetária	6.040	7.047
Outras	124	116
Remuneração de capitais próprios	<u>47.915</u>	<u>59.396</u>
Lucro retido do exercício	36.535	45.289
Dividendos	11.380	14.107
Valor adicionado distribuído	<u>65.137</u>	<u>78.237</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1 Informações gerais

1.1 Contexto operacional

A MGE Transmissão S.A. (“MGE” ou “Companhia”), sediada na cidade do Rio de Janeiro, foi constituída em 3 de fevereiro de 2010, sob a forma de sociedade por ações de capital fechado, criada pelo Consórcio MGE atualmente formado por Gebbras Participações Ltda, controlada pelo Grupo Energia Bogotá, com 51% e pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras com 49%, vencedor do Lote G do Leilão da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) nº 005/2009 para executar o objeto do Contrato de Concessão nº 008/2010 - ANEEL.

Atuando no setor de transmissão de energia elétrica, a Companhia é responsável pela construção, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia elétrica localizados nos Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo.

1.2 Da concessão

No dia 12 de julho de 2010, a Companhia assinou com a União Federal, por meio da ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica, o Contrato de Concessão nº 008/2010 - ANEEL - Instalação de Transmissão de Rede Básica, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica, pelo prazo de 30 (trinta) anos para implantação, operação e manutenção das seguintes instalações de transmissão:

- (i) LT 500 kV, CS SE Mesquita - SE Mutum com 136 km;
- (ii) LT 500 kV, CS SE Mutum – SE Viana 2 com 119 km;
- (iii) LT 345 kV CD SE Viana 2 - SE Viana com 8 km;
- (iv) Subestação Viana 2 em 500/345 kV e
- (v) Entradas de linha, interligação de barras, autotransformador, reatores de linha, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

As instalações acima entraram em operação comercial em julho de 2014. A prestação do serviço público de transmissão ocorre mediante o pagamento à transmissora da Receita Anual Permitida (RAP) a ser auferida a partir da data de disponibilização das instalações de transmissão para operação comercial. Conforme a Resolução Homologatória nº 3.348/2024, emitida pela ANEEL, o valor anual definido para a RAP, no ciclo tarifário julho/2024 a junho/2025, é de R\$70.165 (R\$67.514 no ciclo julho/2023 a junho/2024), incluindo as contribuições reembolsáveis (PIS e COFINS). Essa receita será corrigida anualmente no mês de julho pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) considerando o número índice do mês de maio, nos termos da cláusula sexta do Contrato de Concessão. Além disso, a ANEEL procederá à Revisão Tarifária Periódica - RTP da RAP, nos termos da cláusula sétima do Contrato de Concessão, em intervalos de cinco anos durante o período de concessão, no 5º, 10º e 15º ano, contados do primeiro mês de julho subsequente à data da assinatura do Contrato de Concessão onde será revisado o custo de capital de terceiros, sendo que a revisão tarifária periódica do 15º ano ocorrerá em julho de 2026. O recebimento da RAP será linear durante a concessão e sem decréscimo, considerando que não há previsão de alteração do rol de prestação de serviços da Transmissora, bem como de redução de instalações de transmissão sob a responsabilidade da Companhia, que, porventura, possa justificar a diminuição da receita a ser percebida.

Os montantes faturados pela Companhia estão sujeitos aos seguintes encargos regulatórios:

- Reserva Global de Reversão (RGR) - Encargo do setor elétrico pago mensalmente pelas empresas concessionárias de energia elétrica, com a finalidade de prover recursos para reversão, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica. Seu percentual anual equivale a 2,6% da receita operacional.
- Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica (TFSEE) - Taxa de fiscalização incidente sobre a transmissão de energia elétrica, devida mensalmente, sendo seu valor fixado pela Aneel no percentual anual equivalente a 0,4% da receita operacional.
- Pesquisa & Desenvolvimento (P&D) - Investimento aplicado em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico equivalente ao percentual anual de 1% da receita operacional líquida.

A Transmissora deverá executar reforços e melhorias nas instalações de transmissão da rede básica objeto do Contrato de Concessão, nos termos da Resolução Normativa nº 443/2011, auferindo as correspondentes receitas e tendo em vista a adequada prestação do serviço público de transmissão de que é titular.

A extinção da concessão determinará, de pleno direito, a reversão ao Poder Concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e às avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida à Transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Em 31 de dezembro de 2024, a Administração estima que o valor histórico de indenização é de R\$127.393, valor este correspondente a estimativa de valor residual contábil do ativo imobilizado conforme demonstrações contábeis regulatórias elaboradas de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE).

Sem prejuízo das penalidades cabíveis e das responsabilidades incidentes, a ANEEL poderá intervir na concessão, nos termos da Lei nº 8.987/1995, a qualquer tempo, para assegurar a prestação adequada do serviço público de transmissão ou o cumprimento, pela Transmissora, das normas legais, regulamentares e contratuais. A reversão dos bens da concessão ao Poder Concedente ocorrerá após prévio pagamento da indenização das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não depreciados, que tenham sido realizados pela Transmissora.

A critério exclusivo da ANEEL e para assegurar a continuidade e a qualidade do serviço público, o prazo da concessão poderá ser prorrogado por, no máximo, igual período, de acordo com o que dispõem os artigos 6 e 11 da Lei nº 12.783/2012, mediante requerimento da Transmissora. A eventual prorrogação do prazo da concessão estará subordinada ao interesse público e à revisão das condições estipuladas no contrato de concessão.

2 Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a Lei das Sociedades por Ações e os pronunciamentos técnicos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Todas as informações relevantes próprias destas demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

Em 31 de dezembro de 2024, avaliamos a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e estamos certos de que suas operações têm capacidade de geração de recursos para dar continuidade aos negócios no futuro. Não temos conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade da Companhia em continuar operando.

2.2 Data de aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Diretoria em 31 de janeiro de 2025.

2.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as demonstrações financeiras apresentadas em Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.5 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, dos passivos, das receitas e das despesas. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e as premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

A seguir, são apresentados os principais julgamentos e estimativas efetuados pela Administração durante o processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia e que mais afetam os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras:

(i) *Contabilização de contratos de concessão*

Na contabilização dos contratos de concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito a aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação dos gastos de implementação da infraestrutura, ampliação, reforços e melhorias como ativo contratual.

(ii) *Reconhecimento do ativo de contrato*

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos das concessões com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto. O ativo contratual é registrado em contrapartida a receita de infraestrutura, que é reconhecida conforme os gastos incorridos. A parcela do ativo contratual indenizável é identificada quando a implementação da infraestrutura é finalizada, vide nota explicativa 1.2.

(iii) *Determinação da taxa efetiva de desconto do ativo de contrato*

A taxa aplicada ao ativo contratual é uma taxa de desconto que melhor representa a estimativa da Companhia para a remuneração financeira dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa para precificar o componente financeiro do ativo contratual é estabelecida na data do início de cada contrato de concessão. Mensalmente, com base na inflação medida pelo IPCA e quando o Poder Concedente revisa ou atualiza a receita que a Companhia tem direito a receber, a quantia escriturada do ativo contratual é ajustada para refletir os fluxos revisados, sendo o ajuste reconhecido como receita ou despesa no resultado. A taxa implícita utilizada pela Companhia é de 6,59% a.a. para a implantação do projeto e de 9,48% a.a. para a ampliação.

3 Principais práticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras:

a. Receita operacional

Os concessionários devem registrar e mensurar a receita dos serviços que prestam obedecendo aos pronunciamentos técnicos CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente, mesmo quando prestados sob um único contrato de concessão. As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos:

- Receita de infraestrutura

Refere-se aos serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescentando-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos, considerando que boa parte de suas instalações é implementada por meio de contratos terceirizados com partes não relacionadas. As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado pelo regime de competência.

Toda a margem de construção é recebida durante a obra e variações positivas ou negativas são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento.

- Receita de remuneração ativo de concessão

Refere-se aos juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa que melhor representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão. A taxa de retorno incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa.

- Receita de operação e manutenção

Refere-se aos serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, que tem início após o término da fase de construção e visa a não interrupção da disponibilidade dessas instalações.

b. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou à sua emissão. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não possui nenhum tipo de instrumento financeiro derivativo.

A classificação depende da finalidade dos ativos e dos passivos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos e passivos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação.

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(i) Ativos financeiros

Os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias específicas: custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresentou instrumentos financeiros classificados como custo amortizado e valor justo por meio do resultado.

Custo amortizado

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante.

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment (redução ao valor recuperável de ativos). A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Em 31 de dezembro de 2024, os ativos financeiros da Companhia, classificados nesta categoria, compreendiam as seguintes contas: “Caixa e bancos”, “Contas a receber (ativo de contrato)”, “Concessionárias e permissionárias” e “Outros créditos”.

Valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a serem obrigatoriamente mensurados ao valor justo.

Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.

Em 31 de dezembro de 2024, os ativos financeiros da Companhia, classificados nesta categoria, compreendia a conta: “Aplicações financeiras”.

(ii) Passivos financeiros

Os passivos financeiros, incluindo financiamentos, são inicialmente mensurados pelo valor justo, líquidos dos custos da transação. Posteriormente, são mensurados pelo valor de custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos, e a despesa financeira é reconhecida com base na remuneração efetiva.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

Em 31 de dezembro de 2024, os passivos financeiros da Companhia classificados como custo amortizado compreendiam “Outras contas a pagar”, “Fornecedores”, “Empréstimos e financiamentos” e “Dividendos”.

c. Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os valores mantidos em caixa, bancos e aplicações financeiras com liquidez imediata e risco insignificante de mudança de valor.

d. Concessionárias e permissionárias

Correspondem aos recebíveis do contrato de concessão de serviços, compreendendo os valores decorrentes de Instalações de Transmissão da Rede Básica (RBL).

e. Ativo de contrato

A concessão da Companhia foi classificada dentro do modelo de ativo contratual, a partir de 1º de janeiro de 2018, conforme adoção do CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros.

O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão.

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e custos das obras relacionadas à formação deste ativo através dos gastos incorridos.

f. Despesas antecipadas

Correspondem aos prêmios de seguros pagos antecipadamente que serão apropriados de acordo com a vigência das apólices.

g. Demais ativos circulante e não circulante

São apresentados pelo valor líquido de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias incorridas.

h. Passivos circulante e não circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos e calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas, previstas contratualmente.

i. Impostos e contribuições

A tributação sobre o lucro compreende o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, adotando a sistemática de lucro presumido. As despesas do IRPJ e da CSLL corrente são calculadas de acordo com a legislação tributária vigente. O IRPJ é computado a uma alíquota de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro presumido a uma alíquota de 8%. A CSLL foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro antes do imposto de renda presumido a uma alíquota de 12%.

Quando aplicável, o IRPJ e a CSLL diferidos (“impostos diferidos”) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias na data do balanço entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável.

j. Redução ao valor recuperável de ativos (“Impairment”)

A cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso.

A Companhia não identificou perdas por redução ao valor recuperável de ativos a serem reconhecidas nos exercícios apresentados.

k. Provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

l. Resultado por ação

O resultado por ação, é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia.

m. Demonstrações dos fluxos de caixa (“DFC”)

A Companhia classifica nas demonstrações de fluxos de caixa os juros pagos como atividade operacional, por entender que os juros pagos não representam custos para obtenção de recursos financeiros.

n. Demonstração do valor adicionado (“DVA”)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia, e sua distribuição durante determinado período e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como informação suplementar às demonstrações financeiras, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme a *International Financial Reporting Standards - IFRS (Normas Internacionais de Relatório Financeiro)*.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos da provisão para perda de créditos), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

3.1 Normas e interpretações novas e revisadas

Novas normas aplicadas a partir de 01/01/2024

No exercício corrente, a Companhia adotou as alterações e novas interpretações aos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, que entraram obrigatoriamente em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024.

<u>Norma ou interpretação</u>	<u>Descrição</u>	<u>Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após</u>
Alterações ao CPC 26/ IAS 1	Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes	01/01/2024
Alterações à IFRS 10/CPC 36 (R3) e à IAS 28/CPC 18 (R2)	Venda ou Contribuição na forma de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Controlada em Conjunto	01/01/2024
Alterações à IAS 1	Passivo Não Circulante com <i>Covenants</i>	
Alterações ao CPC 06/ IFRS 16	Contabilização de <i>leaseback</i>	01/01/2024
Alterações ao CPC 40/ IAS 7 / IFRS 7	Divulgação de informações sobre acordos financeiros	01/01/2024

A adoção dessas normas e interpretações novas e revisadas não resultou em impactos relevantes sobre a posição patrimonial e financeira e os resultados da Companhia ou sobre as divulgações nestas demonstrações financeiras.

Normas e interpretações novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis

<u>Norma ou interpretação</u>	<u>Descrição</u>	<u>Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após</u>
IFRS 18 Apresentação e divulgação das demonstrações financeiras	A IFRS 18 substituirá a IAS 1/CPC 26 – Apresentação das demonstrações financeiras	01/01/2027
IFRS 19 - Subsidiárias sem responsabilidade pública: Divulgações	A IFRS 19 permite que uma subsidiária elegível forneça divulgações reduzidas ao aplicar as Normas Contábeis IFRS nas suas demonstrações financeiras.	01/01/2027

Atualmente, a Administração está conduzindo uma análise dos impactos que poderão advir com a adoção das normas e interpretações novas e revisadas supracitadas em suas demonstrações financeiras. Contudo, com base nas análises realizadas até o momento, a Administração não espera impactos relevantes sobre as demonstrações financeiras da Companhia em decorrência da adoção dessas normas e interpretações novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2024	31/12/2023
Bancos	1.403	1.876
Aplicações financeiras	6.408	8.850
Total	7.811	10.726

O saldo de aplicações financeiras apresenta a seguinte composição:

Instituição financeira	Tipo de aplicação	Remuneração	31/12/2024	31/12/2023
Banco Itaú – CDB-DI	CDB	97% CDI	-	8.850
Banco Itaú – Fundos Highgrade	Fundos	107,78% CDI	2.528	-
Banco Itaú – Fundos RF DI	Fundos	101,22% CDI	3.880	-
Total			6.408	8.850

Os equivalentes de caixa em moeda nacional possuem liquidez imediata e são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros para ativos e passivos financeiros está divulgada na nota explicativa de nº 21.

5 Aplicações financeiras vinculadas (Caixa restrito)

Referem-se à aplicação restrita para garantia do contrato de financiamento firmado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”) e corresponde a um multiplicador do valor da última prestação mensal paga do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios da dívida. As principais informações estão descritas a seguir:

Instituição financeira	Tipo de aplicação	Remuneração	31/12/2024	31/12/2023
Banco Itaú	Fundo de Investimento	104,24% CDI	4.509	4.501
Total			4.509	4.501

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros para ativos e passivos financeiros está divulgada na nota explicativa de nº 21.

6 Concessionárias e permissionárias

Refere-se à apuração do valor a receber dos usuários do sistema de transmissão informado mensalmente pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS. A Companhia não contabiliza provisão para créditos de liquidação duvidosa, pois no caso de não pagamento, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao contrato de constituição de garantia ou carta de fiança bancária.

	31/12/2024	31/12/2023
Concessionárias e permissionárias	7.401	6.750
Total	7.401	6.750

7 Contas a receber (Ativo de contrato)

	<u>Saldo ativo de contrato em 31/12/2022</u>	<u>Atualização/remuneração do ativo de contrato</u>	<u>Realização do ativo de contrato</u>	<u>Saldo ativo de contrato em 31/12/2023</u>
		(+)	(-)	
Ativo de contrato	507.813	63.764	(47.555)	524.022
Circulante	44.293			47.069
Não circulante	463.520			476.953
	<u>Saldo ativo de contrato em 31/12/2023</u>	<u>Atualização/remuneração do ativo de contrato</u>	<u>Realização do ativo de contrato</u>	<u>Saldo ativo de contrato em 31/12/2024</u>
		(+)	(-)	
Ativo de contrato	524.022	61.557	(50.170)	535.409
Circulante	47.069			49.252
Não circulante	476.953			486.157

O ativo de contrato refere-se à prestação de serviços de construção, operação e manutenção das instalações de transmissão e está classificado como custo amortizado.

8 Transações com partes relacionadas

A Administração identificou como partes relacionadas suas acionistas, seus diretores, seus conselheiros e seus familiares, conforme definições contidas no Pronunciamento CPC 05 (R1) - Divulgação sobre partes relacionadas. As transações com partes relacionadas ocorridas nos períodos reportados e seus efeitos estão descritos a seguir:

a. Remuneração dos administradores

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a remuneração dos administradores totalizou R\$523 (R\$569 em 2023), sendo registrada como despesas gerais e administrativas.

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Remuneração	(426)	(466)
Encargos e benefícios	(97)	(103)
Total	(523)	(569)

b. Dividendos a pagar

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Gebbras Participações Ltda	5.804	7.195
Centrais Elétricas S.A. - Eletrobras	5.576	6.912
Total	11.380	14.107

9 Fornecedores

	31/12/2024	31/12/2023
Mapa Construtora e Serviços Ltda	68	68
Engex Engenharia Ltda	-	20
Furnas Centrais Elétricas S.A.	-	23
Cemig Geração e Transmissão S.A.	-	12
Cotesa Engenharia Ltda	98	-
SVA Segurança e Vigilância Armada Eireli	-	429
Geração Energia Consultoria Eireli	76	-
Iatecps Soluções em Tecnologia Ltda	32	-
R Costa Silva Assessoria Ltda	18	-
Outros	145	192
Total	437	744

10 Empréstimos e financiamentos

a. Composição

	Taxa anual de juros	31/12/2024	31/12/2023
BNDES Subcrédito A	TJLP + 2,03% a.a.	18.945	27.809
BNDES Subcrédito B	TJLP + 1,63% a.a.	3.348	4.915
BNDES Subcrédito C	TJLP	112	164
BNDES Subcrédito A	IPCA + 3,67% a.a.	20.611	21.239
BNDES Subcrédito B	IPCA + 3,67% a.a.	21.846	22.137
Total		64.862	76.264
Circulante		14.147	13.877
Não circulante		50.715	62.387

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2022	87.235
Provisões de juros	6.973
Juros pagos	(4.590)
Amortização de principal	(13.354)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	76.264
Provisões de juros	5.961
Juros pagos	(3.762)
Amortização de principal	(13.601)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	64.862

b. Cronograma de pagamento não circulante

2026	14.147
2027	14.147
2028 a 2037	22.421
Total	<u>50.715</u>

c. Garantias

Por força dos referidos contratos de financiamento, a Companhia cedeu fiduciariamente, por meio de “Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos, Administração de Contas e Outras Avenças”, a totalidade dos direitos creditórios de que era titular emergente do Contrato de Concessão nº 008/2010 - ANEEL, firmado com a União, representada pela ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica, e do Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão CPST nº 2010-012-03 MGE TRA: CCO-2010-012, firmado com o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS.

As intervenientes Gebbras e Eletrobras deram ao BNDES, em penhor, em caráter irrevogável e irretroatável, a partir da assinatura do referido instrumento e até a liquidação de todas as obrigações assumidas, a totalidade das ações de emissão da Companhia de sua titularidade.

b. Covenants

O contrato firmado com o BNDES contém cláusulas restritivas sobre o nível de e índice de cobertura do capital próprio, a manutenção de conta reserva de repasse em conformidade com o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) apurado, a manutenção do patrimônio líquido em relação ao total de ativo em percentual igual ou superior a 30%, além de distribuição de dividendos, cessão de créditos, fusão, incorporação ou qualquer reestruturação societária, as quais, se ocorrerem, devem ser previamente autorizadas pelos agentes financeiros. Caso ocorra algum desses eventos sem anuência dos credores, os saldos em aberto terão vencimento antecipado. O contrato ainda prevê o cumprimento de obrigações (*covenants*) não financeiros que se relacionam principalmente a questões sociais e operacionais.

De acordo com as cláusulas contratuais, o ICSD é de, no mínimo, 1,30 (um inteiro e trinta centésimos), cuja medição é realizada anualmente com base nas demonstrações financeiras regulatórias anuais. Se o ICSD for de no mínimo 1,30 a Companhia precisará manter uma conta reserva de repasse de três vezes o valor mensal da amortização vincenda do serviço da dívida, e se o ICSD for inferior a 1,30 a Companhia deverá manter na conta reserva o montante equivalente a seis vezes o valor mensal da amortização vincenda do serviço da dívida.

-.

A Companhia possui controles de acompanhamento e apuração anual dos covenants nas demonstrações contábeis regulatórias, e não foram identificados descumprimentos de covenants para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

11 Outras contas a pagar

	31/12/2024	31/12/2023
Pesquisa e desenvolvimento – P&D	977	716
Reserva global de reversão - RGR	233	682
Taxa de fiscalização - TFSEE	586	564
Antecipação – Aviso de crédito de clientes	2.380	1.061
Outros	279	263
Total	<u>4.455</u>	<u>3.286</u>

12 Provisão para riscos

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia provisionou o montante de R\$ 5.618 (R\$ 391 em 2023) referente à processos com prognóstico de perda provável, que são compostos por processos de indenização por instituição de servidão de passagem.

A Companhia também possui processos com prognóstico de perda possível no montante de R\$ 2.077, (R\$ 9.510 em 2023) composto por: (i) processo de execução fiscal junto ao Município de Viana no valor de R\$ 209; e (ii) processos indenização por instituição de servidão de passagem no valor de 1868; Por se tratar de processos com prognóstico de perda possível, nenhuma provisão contábil foi efetuada.

13 Tributos diferidos

Natureza dos tributos	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
PIS diferido	3.480	3.406
COFINS diferido	16.062	15.721
IRPJ diferido	10.708	10.480
CSLL diferido	5.783	5.660
	<u>36.033</u>	<u>35.267</u>

14 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é de R\$278.232, representado por 278.231.800 ações ordinárias, sem valor nominal.

	<u>31/12/2024</u>			<u>31/12/2023</u>		
	Quantidade de ações ordinárias	% do capital	Valor	Quantidade de ações ordinárias	% do capital	Valor
Acionistas						
Gebbras Participações Ltda	141.898.218	51	141.898	141.898.218	51	141.898
Centrais Elétricas S.A. – Eletrobras	136.333.582	49	136.334	136.333.582	49	136.334
Total	<u>278.231.800</u>	<u>100</u>	<u>278.232</u>	<u>278.231.800</u>	<u>100</u>	<u>278.232</u>

Em reunião do Conselho de Administração, realizada em 28 de junho de 2024, a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras homologou a implementação da Incorporação nos termos do Protocolo e Justificação e conforme aprovada na AGE de Incorporação, definindo a data de 01 de julho de 2024 para a eficácia da incorporação de Furnas à Eletrobras.

b. Reservas de lucros

As reservas de lucros são compostas por reserva legal e reserva de retenção de lucros. A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício e é limitada a 20% do capital social, conforme legislação societária e definição do estatuto social da Companhia. A reserva de retenção de lucros é deliberada anualmente em Assembleia Geral Ordinária (AGO).

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do exercício	47.915	59.396
Reserva legal (5%)	(2.395)	(2.969)
Lucro líquido do exercício ajustado	45.520	56.427
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	11.380	14.107
Reserva de retenção de lucros	34.140	42.320

A movimentação das reservas de lucros está demonstrada a seguir:

Saldo das reservas de lucro em 31 de dezembro de 2023	137.515
Constituição reserva de lucros	36.535
Distribuição de dividendos adicionais	(20.013)
Saldo das reservas de lucro em 31 de dezembro de 2024	154.037

c. Dividendos

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral e fará jus a um dividendo mínimo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro ajustado nos termos da Lei nº 6.404/76. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia efetuou o pagamento de R\$34.120, referente a dividendos de exercícios anteriores.

Foi aprovado na 15ª Assembleia Geral Ordinária e 40ª Assembleia Extraordinária, realizadas em 26 de abril de 2024, a distribuição de dividendos adicionais utilizando-se o saldo da reserva de retenção de lucro.

Saldo de dividendos em 31 de dezembro de 2023	14.107
Dividendos mínimos obrigatórios	11.380
Dividendos adicionais	20.013
Pagamento de dividendos	(34.120)
Saldo de dividendos em 31 de dezembro de 2024	11.380

15 Receita líquida

	31/12/2024	31/12/2023
Receita de remuneração ativo de contrato	61.557	63.764
Receita de operação	18.013	21.653
Receita bruta	79.570	85.417
(-) PIS e COFINS	(2.904)	(3.140)
(-) Encargos regulatórios	(2.874)	(2.740)
Receita líquida	73.792	79.537

A correção da receita em 2024 foi de 3,94%, menor em comparação com 2023 impactando diretamente na correção do fluxo futuro do ativo de contrato e resultando em uma receita menor quando comparada com 2023.

16 Custo de operação e manutenção

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Pessoal	(1.120)	(1.077)
Material	(1.322)	(897)
Serviços de terceiros	(7.695)	(8.045)
Arrendamentos e aluguéis	(103)	(104)
Seguros	(178)	(183)
Provisão para riscos	(5.428)	(120)
Outros custos de operação e manutenção	(454)	213
Total	<u>(16.300)</u>	<u>(10.213)</u>

17 Despesas gerais e administrativas

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Pessoal	(378)	(447)
Administradores	(523)	(569)
Material	(6)	(3)
Serviços de terceiros	(1.253)	(567)
Arrendamentos e aluguéis	(52)	-
Seguros	(8)	(10)
Tributos	(6)	-
Depreciação	(51)	(50)
Outras despesas e receitas operacionais	(92)	(168)
Total do custo de operação e manutenção	<u>(2.369)</u>	<u>(1.814)</u>

18 Resultado financeiro

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	2.071	2.507
Outras receitas financeiras	22	26
	<u>2.093</u>	<u>2.533</u>
Despesas financeiras		
Juros s/empréstimos e financiamentos	(5.961)	(6.973)
Atualizações monetárias	(78)	(74)
Outras despesas financeiras	(125)	(116)
	<u>(6.164)</u>	<u>(7.163)</u>
Total do resultado financeiro	<u>(4.071)</u>	<u>(4.630)</u>

19 Impostos e contribuições

a. PIS e COFINS - Deduções da receita

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Receita anual permitida (RAP)	68.183	69.813
Alíquota de PIS e COFINS	3,65%	3,65%
Imposto corrente no resultado	<u>(2.489)</u>	<u>(2.548)</u>
Receita de remuneração e construção do ativo de contrato	61.557	63.764
Base de cálculo do imposto diferido	61.557	63.764
Alíquota de PIS e COFINS	3,65%	3,65%
Valores de PIS e COFINS	(2.247)	(2.327)
Baixa de PIS/COFINS diferidos	1.832	1.735
Imposto diferido no resultado	<u>(415)</u>	<u>(592)</u>
PIS e COFINS dedução da receita	<u>(2.904)</u>	<u>(3.140)</u>

b. Imposto de renda e contribuição social

	<u>31/12/2024</u>		<u>31/12/2023</u>	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Receita Anual Permitida (RAP)	68.183	68.183	69.813	69.813
Percentual de presunção	8%	12%	8%	12%
(=) Lucro presumido	5.455	8.182	5.585	8.378
Receitas financeiras	2.090	2.090	2.525	2.525
Base de cálculo	7.545	10.272	8.110	10.903
Alíquota do imposto de renda e da contribuição social	15%	9%	15%	9%
Valores do IRPJ e da CSLL	(1.132)	(924)	(1.216)	(981)
Adicional de 10% - IRPJ	(731)	-	(787)	-
Imposto corrente no resultado	<u>(1.863)</u>	<u>(924)</u>	<u>(2.003)</u>	<u>(981)</u>
Receita de remuneração e construção do ativo de contrato	61.557	61.557	63.764	63.764
Base de cálculo do imposto diferido	61.557	61.557	63.764	63.764
Percentual de presunção	8%	12%	8%	12%
Base presumida	4.925	7.387	5.101	7.652
Alíquota do imposto de renda e da contribuição social	25%	9%	25%	9%
Valores do IRPJ e da CSLL	(1.231)	(665)	(1.275)	(689)
Baixa de IRPJ/CSLL diferidos	1.003	543	951	513
Imposto diferido no resultado	<u>(228)</u>	<u>(122)</u>	<u>(324)</u>	<u>(176)</u>
Total do imposto de renda e contribuição social no resultado	<u>(2.091)</u>	<u>(1.046)</u>	<u>(2.327)</u>	<u>(1.157)</u>

20 Resultado por ação

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Lucro líquido do exercício	47.915	59.396
Quantidade de ações ordinárias (em milhares)	278.232	278.232
Resultado por ação ordinária (em Reais)	<u>0,1722</u>	<u>0,2135</u>

21 Instrumentos financeiros

a. Classificação dos instrumentos financeiros

Ativos financeiros	Classificação de acordo com o CPC 48	Nível	31/12/2024	31/12/2023
			Valor contábil / Valor justo	Valor contábil / Valor justo
	Custo amortizado/Valor justo por meio do resultado			
Caixa e equivalente de caixa		1	7.811	10.726
Aplicações financeiras	Valor justo por meio do resultado	1	4.509	4.501
Concessionárias e permissionárias	Custo amortizado		7.401	6.750
Contas a receber (Ativo de contrato)	Custo amortizado		535.409	524.022
Outros créditos	Custo amortizado		492	425
			555.622	546.424
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado		64.862	76.264
Fornecedores	Custo amortizado		437	744
Dividendos a pagar	Custo amortizado		11.380	14.107
Outras contas a pagar	Custo amortizado		4.455	3.286
			81.134	94.401

b. Hierarquia do valor justo dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial, tais como caixa e equivalentes, títulos e valores mobiliários, registrados ao valor justo por meio de resultado e custo amortizado, são classificados como nível 1. Para determinação do valor, foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação.

Hierarquia do valor justo

Os diferentes níveis mencionados acima foram definidos como a seguir:

Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.

Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

c. Gerenciamento de riscos

A Companhia está exposta aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros: risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado.

(i) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso o cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais.

Em relação ao Contas a receber, a Companhia possui o direito contratual de receber um ativo financeiro e, historicamente, não possui títulos vencidos relevantes. Além disso, os usuários do sistema de transmissão são obrigados a fornecer garantias financeiras administradas pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS.

(ii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem na administração do risco de liquidez é o acompanhamento do fluxo de caixa e a requisição de aportes dos acionistas, quando identificada a necessidade.

O quadro a seguir demonstra análise dos vencimentos para os principais passivos financeiros, incluindo a projeção de correção monetária e juros futuros em 31 de dezembro de 2024.

	Total	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	Mais de 2 anos
Fornecedores	437	437	-	-
Empréstimos e financiamentos	70.722	15.425	30.850	24.447

(iii) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado — tais como as taxas de juros e os preços de ações — irão afetar os ganhos da Companhia. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e, ao mesmo tempo, otimizar o retorno.

Riscos relacionados às aplicações financeiras

A Companhia adota política conservadora de aplicação dos recursos e a maior parte destes é alocada em Fundos de Investimentos de Renda Fixa e Certificados de Depósitos Bancários. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não possui aplicações de caráter especulativo tampouco outros ativos de risco.

Riscos relacionados à taxa de juros

Na Companhia, o principal fator de risco é a possibilidade de ocorrerem perdas por conta de flutuações nas taxas de juros (TJLP).

d. Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

As operações da Companhia são indexadas preponderantemente com taxas de juros prefixadas e atreladas à variação do CDI e da TJLP.

Os cenários de exposição dos instrumentos financeiros (empréstimos e financiamentos e aplicações financeiras) indexados à taxa de juros foram montados com base nas curvas apuradas em 31 de dezembro de 2024, averiguando-se o impacto nas receitas e despesas financeiras, para o caso da variável de risco CDI e TJPL. O Cenário I corresponde às taxas de juros divulgadas pelo Banco Central do Brasil - Bacen, e, na avaliação da Administração, é o cenário mais provável de se realizar nas datas de vencimento de cada uma das operações. Para os Cenários II e III, considerou-se uma elevação e uma redução de 25% e 50% nas variáveis de risco.

Premissas para a análise de sensibilidade:

Variável de risco	Risco	Exposição	Cenário I provável	Cenário II Queda de 25%	Cenário III Queda de 50%
CDI (%)	Redução do CDI		10,89%	8,17%	5,45%
Aplicações financeiras		10.917	1.189	892	594
Impacto no resultado			-	(297)	(594)

Premissas para a análise de sensibilidade:

Variável de risco	Risco	Exposição	Cenário I provável	Cenário II Aumento de 25%	Cenário III Aumento de 50%
TJLP (%)	Aumento da TJLP		7,97%	9,96%	11,96%
Empréstimos e financiamentos		64.862	5.170	6.462	7.754
Impacto no resultado			-	(1.292)	(2.585)

22 Seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. O resumo das apólices vigentes em 31 de dezembro de 2024 é como segue:

	Valor Segurado	Vigência
Administradores / Seguro D&O (*)	24.750	01/03/2024 a 01/03/2025
Risco operacional	72.571	30/04/2024 a 07/09/2025
Responsabilidade civil geral	15.000	30/04/2024 a 07/09/2025

(*) Apólice Unificada com outras Companhias do Grupo

23 Questões ambientais

As condicionantes definidas na Licença de Operação – LO, expedida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA estão sendo regularmente cumpridas pela Companhia.

Rio de Janeiro, 31 de janeiro de 2025.

Gersino Saragosa Guerra
 Diretor Administrativo-Financeiro

Antônio Costa e Costa
 Diretor Técnico

Credibile Soluções Contábeis e Emp. S/S
 Leandro Borges Jordão
 Contador
 CRC GO-001605/O

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
MGE Transmissão S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da MGE Transmissão S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da MGE Transmissão S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Ativo de concessão - Mensuração

Conforme divulgado na nota explicativa nº 7 às demonstrações financeiras, a concessão da Companhia foi classificada dentro do modelo de ativo de concessão contratual, conforme CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes.

Esse assunto foi considerado como significativo para a nossa auditoria, tendo em vista a relevância dos saldos envolvidos e o alto grau de julgamento e complexidade, a mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de performance satisfeita ao longo do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela Administração para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de performance.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about

A Deloitte fornece serviços de auditoria e asseguração, consultoria tributária, consultoria empresarial, assessoria financeira e consultoria em gestão de riscos para quase 90% das organizações da lista da Fortune Global 500® e milhares de outras empresas. Nossas pessoas proporcionam resultados mensuráveis e duradouros para ajudar a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir aos clientes transformar e prosperar, e lideram o caminho para uma economia mais forte, uma sociedade mais equitativa e um mundo sustentável. Com base nos seus mais de 175 anos de história, a Deloitte abrange mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 457 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo causam um impacto importante em www.deloitte.com.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) avaliação do desenho e da implementação das atividades de controles internos da Companhia relacionados à mensuração do ativo de contrato de concessão; (ii) discussão das premissas utilizadas na mensuração do ativo de contrato de concessão com a Administração da Companhia; (iii) obtenção das planilhas de mensuração, preparadas pela Companhia, para confronto com os registros efetuados no sistema contábil com a adequada mensuração e classificação do ativo de contrato de concessão; (iv) recálculo do ativo de contrato de concessão; (v) leitura e análise dos contratos de concessão; (vi) análise das políticas contábeis da Administração em comparação com os requerimentos do pronunciamento técnico IFRS 15/CPC 47; e (vii) avaliação das divulgações efetuadas pela Administração nas demonstrações financeiras.

Com base nos procedimentos de auditoria anteriormente descritos e nas evidências de auditoria obtidas, consideramos que a mensuração e classificação do ativo de contrato de concessão, realizada pela Companhia, assim como as respectivas divulgações, estão adequadas no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado (“DVA”), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação da nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as demais demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.


Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

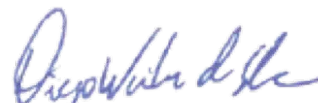
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 31 de janeiro de 2025


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RJ


Diego Wailer da Silva
Contador
CRC nº 1 RS 074562/O-3